

INAUGURAÇÃO DO FÓRUM "DESEMBARGADOR JUSCELINO JOSÉ RIBEIRO", DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE SOBRADINHO

No dia 29 de junho de 2001, às 9h30, realizou-se a solenidade de inauguração do Fórum de Sobradinho, ao qual, em justa homenagem, foi dado o nome de "Fórum Desembargador Juscelino José Ribeiro". À solenidade, presidida pelo Desembargador Edmundo Minervino, compareceram o Desembargador José de Campos Amaral, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, o Desembargador Nívio Geraldo Gonçalves, Corregedor da Justiça do Distrito Federal, o Desembargador Valtênio Mendes Cardoso, ex-Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Desembargadores, juízes, advogados, membros do Ministério Público, Familiares do homenageado, servidores e convidados.

Inicialmente usou da palavra o Doutor Renato Rodvalho Scussel, Diretor do Fórum, que em nome dos Juízes e servidores da Circunscrição Judiciária congratulou-se com a Direção do Tribunal pela inauguração do novo Fórum.

Em nome do Tribunal discursou o Desembargador Edmundo Minervino, Presidente. Agradecendo pela Família do homenageado, proferiu oração o Doutor Alberto Pavie Ribeiro.

Transcrevem-se, nas páginas seguintes, os discursos proferidos.

DISCURSO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR EDMUNDO MINERVINO

Senhoras e Senhores,

Renova-se nesta data de hoje, 29.Junho.2001, mais um momento de singular júbilo para todos nós do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, envolto na alegria da realização administrativa, ao inaugurarmos nesta Circunscrição Judiciária de Sobradinho seu Fórum, ao qual, por sábia decisão da Corte, deu-se o honrado nome do Desembargador Juscelino José Ribeiro. Não obstante tais solenidades guardem entre si similitudes, cada uma delas tem, em seu sentido intrínseco, um sentimento próprio. Sob seu aspecto objetivo, toda e qualquer inauguração de um Fórum tem o mesmo significado, qual seja, a oferta de um espaço público de uso especial para a prestação jurisdicional à comunidade na qual se instala. Sob seu aspecto subjetivo, representa o compromisso do

Tribunal de Justiça de oferecer melhor serviço a seus jurisdicionados, para o exercício pleno de sua função institucional.

Este novo prédio, que agora inauguramos, abrigará, nesta Circunscrição Judiciária, duas Varas Cíveis, uma Vara Criminal, do Tribunal do Júri e dos Delitos de Trânsito, duas Varas dos Juizados Especiais Cíveis e duas Varas dos Juizados Especiais Criminais, contando suas instalações com 3.030 m², cujas obras orçaram em R\$ 1.060.148,27, ao preço médio de R\$ 349,87 por m². Somado às instalações existentes de 2.758 m², perfaz um total de 5.788 m².

Esta é a Casa do povo, destinada a todos aqueles que buscam a solução dos conflitos de seus interesses. A Casa da Justiça, no mesmo espaço comunitário, dentre os bens públicos de uso especial, é a que efetivamente permite a todos que para aqui correm, a igualdade perante a lei. Aqui, o cidadão encontrará na pessoa do Juiz o legítimo representante do Poder Judiciário, sempre pronto a realizar a Justiça, em restaurando a vontade emergente da lei, quando violada, restabelecendo a paz social. Não é dado ao administrador do Poder Judiciário descurar-se, em sua gestão administrativa, de oferecer aos jurisdicionados a efetiva e ampla oportunidade de obter a prestação jurisdicional e exercitar seu direito de cidadania.

Senhoras e Senhores. Esta solenidade alcança relevância singular pelo fato de emprestarmos a este Fórum de Sobradinho o honrado nome do Desembargador Juscelino José Ribeiro. Seu nome gravado neste Fórum simboliza valores morais, profissionais, de cidadão, a ser invocado por todos nós, magistrados e servidores.

Nascido em fevereiro de 1915, na cidade de Capelinha, este ilustre mineiro, durante toda sua vida, guardou em seu coração o efetivo sentimento telúrico por seu torrão natal, onde cursou o primário no Grupo Escolar Coronel Coelho. Iniciado o curso secundário no Seminário Arquidiocesano de Diamantina, veio concluí-lo no Internato Mineiro de Barbacena.

De cedo, a vida lhe impôs sustentar os próprios estudos. Iniciou como Secretário Municipal da Prefeitura de Capelinha; posteriormente, Escriturário da Alfândega de Aracaju/SE, em cujo cargo ingressou por concurso público. Sua capacidade e dedicação funcional outorgaram-lhe tarefas de maior relevância no Ministério da Fazenda.

Sua vocação pelo estudo do Direito, que antes iniciara, fê-lo afastar-se do serviço público para reiniciar seus estudos, concluindo o curso na Faculdade de Direito de Minas

Gerais em 1947. Retornou a sua cidade natal, ali exercendo a advocacia, bem assim nas Comarcas de Minas Novas, Itamarandiba e Santa Maria do Suaçuí. Nova delegação de serviço público lhe foi conferida, na oportunidade, pela Secretaria de Finanças do Estado de Minas Gerais para cobrança de dívida ativa (1948/1949), na Comarca de Capelinha. Fundou o Ginásio Capelinhense, posteriormente encampado pelo Governo Estadual, onde lecionou Latim, Francês e Inglês.

A vocação de magistrado lhe era inata. Em 1959, prestou concurso para o cargo de Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de Minas Gerais; aprovado, foi nomeado para a Comarca de Capelinha e de Minas Novas, com exercício também na Justiça Eleitoral.

Advogado em sua terra natal no início de sua profissão, juiz de Direito, fundador e professor do Ginásio Capelinhense, com família constituída, tendo como esposa a Sra Maria Odile Pavie Ribeiro, sua conterrânea, de cuja união nasceram seus seis primeiros filhos concebidos na Fazenda Santa Cruz, o Dr. Juscelino, dentre outras atividades próprias da fazenda, dedicava-se cuidadosamente à administração de um alambique, onde reunia bons amigos para noites de serenatas.

A felicidade do nosso homenageado era, pois, completa. O destino, entretanto, traçava-lhe nova caminhada. Instalado o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, pela Lei n.º 3.754 de 14 .abril.1960, o Dr. Juscelino foi convidado e aceitou o cargo de Juiz de Direito Substituto de nossa Justiça, por nomeação do então Presidente da República, Juscelino Kubtschek, cuja posse ocorreu em 26.setembro.1960. Em Brasília, advieram ao casal mais dois filhos. Seguiu os passos da carreira. Promovido a Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal e Presidente do Tribunal do Júri em 1965; chegou ao Tribunal, como Desembargador, em março de 1973. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral. Vice-Presidente e Presidente do Tribunal de Justiça, respectivamente, em abril.1980, e biênio 1981/1982.

Juiz exemplar, pai de família amoroso e dedicado, pessoa de trato fidalgo, criatura humana de gestos simples e afáveis, a todos o Des. Juscelino conquistava com sua atenção. Quem o conheceu pessoalmente, deixou registrado, em saudações que lhe dirigiu, o perfil do homem, do amigo e do Juiz. O Dr. José Grosse, saudando-o em sua posse como Juiz de Direito, disse: "Vossa Excelência é um exemplo notável de cultura jurídica e uma lição de humanidade para todos aqueles que têm o privilégio de desfrutar de sua amizade.".... "Aliada a sua sabedoria, está a educação e probidade nos deveres da justiça e da moral, que

são predicados trazidos de seu sagrado lar paterno, que até hoje é um baluarte no nosso glorioso Estado de Minas Gerais."

A vida do Juiz Juscelino José Ribeiro foi verdadeiramente uma lição de dignidade para todos nós. Em seu discurso de posse como Desembargador, fez o seguinte registro: "É bem verdade que a esta altura da vida não posso mais trazer comigo um farnal de sonhos e de idealismos vãos. O que tenho para mostrar agora é um espírito amadurecido nos embates da vida, ainda que mantenha acesa a chama do entusiasmo e do encantamento que me conduziram a abraçar a nobre e difícil carreira de magistrado."

Aposentado em 19.fevereiro.1985, ao completar 70 anos de vida, dos quais, 26 anos dedicados à magistratura, além do tempo anterior dedicado à Prefeitura de Capelinha e ao Ministério da Fazenda, o Des. Juscelino retornou a sua cidade natal, sobretudo a sua Fazenda Santa Cruz, "... onde com alegria colhia os frutos de tudo o que plantou". Por escolha própria, a Fazenda Santa Cruz fez-se o berço de sua última morada, após seu falecimento em 11.outubro.2000.

Senhora Maria Odile Pavie Ribeiro, seja-me permitido revelar uma linda história de amor. As famílias de Juscelino e Odile guardavam relações próximas de amizade e se visitavam com freqüência. Numa dessas oportunidades, 1935, uma loirinha de olhos azuis, que contava apenas com 12 anos de idade, de nome Odile, disse para o Juscelino: "Vou me casar com você.". O tempo passou. O jovem Juscelino teve que trilhar os caminhos que a vida ia lhe traçando, buscando seus estudos e sobrevivência. Mas a profecia não se desfazia. Em 1946, já com 23 anos, Odile escreveu uma carta ao seu amado, dizendo que outra solução não lhe restava a não ser acompanhar uma irmã mais velha para se tornar freira. Imediatamente, houve um noivado, casando-se Juscelino e Odile em 31.maio.1950.

Dona Odile, desse amor eterno que não se desfez com o tempo, nem se tornou poeira, estão ao seu lado seus filhos Juscelino, Ricardo, Maria Celina, Alexandre, Maria Izabel, Maria Cristina, Guilherme e Alberto, e os netos Mariana, Juscelino e Daniel; Alessandra e Andrea; Vitor, André e Maria; Marina e Gustavo.

Esta é a homenagem, Senhoras e Senhores, que o Tribunal presta, neste instante, ao Desembargador Juscelino José Ribeiro, ao mesmo tempo em que colhe de sua vida um exemplo vivo para todos nós.

A todos muito obrigado.

DISCURSO DO DOUTOR ALBERTO PAVIE RIBEIRO

Exmo. Sr. Presidente do TJDFT, Desembargador Edmundo Minervino, Exmo. Sr. Vice-Presidente do TJDFT, Desembargador Campos Amaral, Exmo. Sr. Corregedor do TJDFT, Desembargador Nívio Gonçalves.

Exmos. Senhores Desembargadores, Exmo. Diretor do Fórum de Sobradinho, Juiz Renato Rodovalho Scussel, Exmos Senhores Juizes, Senhores servidores.

Demais autoridades aqui presentes. Prezados senhores, senhoras e amigos da família.

Incumbiram-me meus irmãos e minha mãe de fazer esse breve agradecimento a tão bela homenagem. A tarefa não é difícil. Pelo contrário. É fácil e mesmo gratificante.

Cabe-me transmitir a Sua Excelência, Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça e a cada um dos eminentes Desembargadores dessa Corte, a satisfação que tivemos ao receber a notícia de que nosso pai seria contemplado com essa distinção.

Os senhores possivelmente desconhecem, mas nós, familiares de Juscelino, sabemos, que seu retorno para o interior de Minas Gerais, logo após sua aposentadoria, aos 70 anos de idade, não decorreu apenas do desejo de retornar à sua cidade natal, ou à sua Fazenda, na cidade de Capelinha.

Angustiava nosso pai permanecer em Brasília sem exercer alguma atividade. Não aceitava a idéia de voltar a advogar onde exercera a judicatura. Mas angustiava ainda mais perceber que um bom número de seus colegas e amigos já haviam partido.

Costumava brincar que no Campo da Boa Esperança já era possível realizar uma sessão Plenária do Tribunal, tal o número de amigos que ali se encontravam.

Foi, portanto, também pelo desejo de viver mais e melhor que Juscelino resolveu voltar a suas origens afastando-se de Brasília.

Pois bem. Mesmo tendo passado mais de 15 anos de sua aposentadoria, vieram Vossas Excelências, menos de um ano após sua morte, honrá-lo com essa homenagem.

Ela é tocante e merece o mais profundo reconhecimento da família. Para nós, reflete o sentimento dos Desembargadores deste Tribunal de que nosso pai cumpriu sua missão. A missão que anunciou ao tomar posse como Desembargador.

Em seu discurso, pronunciado no já longínquo ano de 1973, disse nosso pai, citando Bossuet:

"É ainda o famoso orador sacro, conhecido como a Águia de Meaux, que lembra que, sendo a justiça a rainha das virtudes morais, não deve estar sozinha, mas precisa ter em torno de seu trono três outras excelentes virtudes como seus principais ministros, que são a constância, a prudência e a bondade.

Com as vistas voltadas para estes ensinamentos é que tenho procurado exercer o meu múnus, certo de que bondade, prudência e constância devem estar sempre presentes no roteiro de quem busca o que é verdadeiramente justo.

Não sei se bem pratiquei qualquer destas virtudes. Estou, porém, consciente de que procurei praticá-las."

Tínhamos a idéia de que suas qualidades como pai e esposo, sempre sereno e bondoso, deveriam projetar-se na sua vida profissional, no exercício da função judicante.

Foi após sua morte, no entanto, que pudemos perceber como a sua passagem no Tribunal foi capaz de tocar as pessoas com quem conviveu, diante das inúmeras mensagens de condolências que recebemos.

Dentre elas, uma, em especial, registrou o cumprimento da promessa contida no discurso de posse e foi pronunciada pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Humberto Gomes de Barros, em sessão daquela Corte. Disse o caro amigo:

"Senhor Presidente, encerrados os trabalhos, gostaria de fazer um registro: faleceu esta semana um dos grandes Magistrados que conheci: o eminente Desembargador Juscelino Ribeiro.

Vossa Excelência, que como todos que advogaram no Fórum do Distrito Federal o conheceu. Homem de grandes virtudes intelectuais, mas, fundamentalmente, um juiz que se caracterizava pela serenidade, sabedoria e bondade.

Juscelino Ribeiro legou a todos que com ele conviveram o exemplo da sabedoria e de que o mister de julgar se executa com bondade e ternura. Ele nos deixa saudades por sua partida, e nos lega um exemplo a ser perenizado na Justiça brasileira."

Se nosso pai, nas palavras do querido amigo e Ministro Humberto Gomes de Barros, já havia deixado como legado à Justiça, o exemplo de sua conduta, hoje, com essa homenagem, nós familiares, vemos concretizada, no plano material, a perpetuação do seu nome.

É importante ressaltar a feliz coincidência de se atribuir ao Fórum de Sobradinho, uma cidade satélite, o nome de Juscelino José Ribeiro.

Lembro-me, como se fosse hoje, de um fato ocorrido quando ele exercia a Presidência dessa Corte. Estava eu ao seu lado em uma determinada solenidade ocorrida na OAB - Seccional do Distrito Federal - então instalada no Anexo do Palácio da Justiça, hoje justamente denominado Fórum Desembargador Milton Sebastião Barbosa, seu amigo e colega - quando uma combativa e atuante advogada reclamou-lhe os transtornos que estavam causando aos advogados as instalações de vários Fóruns nas diversas cidades satélites.

Para aquela advogada, deveria a 1ª instância continuar centralizada no Plano Piloto, já que os advogados é que tinham de se dirigir diariamente ao Fórum, não as partes.

Em tom sereno e amistoso respondeu que o Poder Judiciário deveria, sempre que possível, estar o mais próximo do cidadão. Por isso, quanto mais Fóruns pudessem ser instalados nas diversas cidades satélites, melhor seria, e assim haveria de proceder o Tribunal.

Dessa lembrança vejo outra coincidência extremamente feliz, de terem Vossas Excelências, Desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, deliberado atribuir o nome de Juscelino José Ribeiro a um Fórum de uma cidade satélite, pois a descentralização da justiça de primeira instância foi algo que ele, quando Presidente dessa Corte, sempre almejou.

Sobradinho, dentre todas as satélites, era a que ele mais admirava, talvez pela semelhança do relevo acidentado que a cerca com as montanhas de Minas ou pelo bucolismo que lhe permitia lembrar de suas origens.

Ao atribuir ao Fórum de Sobradinho o nome de Juscelino José Ribeiro, está este Tribunal de Justiça coroando sua missão com uma distinção ímpar, que essas breves palavras serão, certamente, insuficientes para expressar a dimensão do nosso sincero agradecimento.

Senhor Presidente. Senhores Desembargadores. Em meu nome, em nome de minha mãe, Maria Odile, e de todos meus irmãos, Juscelino, Ricardo, Celina, Alexandre, Isabel, Cristina e Guilherme, o nosso muito obrigado. Esta homenagem é inesquecível.